

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS PROF. DAVID FERREIRA LIMA – TRINDADE – CEP. 88040-90
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

Sidnei Ziezkowski Filho

**Educação do Campo e Educação de Jovens e Adultos: relato de uma experiência com a
Educação de Jovens e Adultos Campo na comunidade de Carijós-Papanduva, Santa
Catarina**

Florianópolis

2022

Sidnei Ziezkowski Filho

**Educação do Campo e Educação de Jovens e Adultos: relato de uma experiência com a
Educação de Jovens e Adultos Campo na comunidade de Carijós-Papanduva, Santa
Catarina**

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em
Educação do Campo do Centro de Ciências da
Educação da Universidade Federal de Santa Catarina
como requisito para a obtenção do título de Licenciado
em Educação do Campo.

Orientador: Prof. Dr. Elizandro Maurício Brick

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Ziezkowski, Sidnei Ziezkowski Filho

Educação do Campo e Educação de Jovens e Adultos: relato de uma experiência com a Educação de Jovens e Adultos Campo na comunidade de Carijós-Papanduva, Santa Catarina / Sidnei Ziezkowski Filho Ziezkowski ; orientador, Elizandro Maurício Brick , 2022.

55 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Graduação em Educação do Campo, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Educação do Campo. 2. Educação do Campo. 3. Educação de Jovens e Adultos . 4. Relato de Experiência . I. , Elizandro Maurício Brick. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Educação do Campo. III. Título.

Sidnei Ziezkowski Filho

**Educação do Campo e Educação de Jovens e Adultos: relato de uma experiência com a
Educação de Jovens e Adultos Campo na comunidade de Carijós-Papanduva-Santa
Catarina**

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de “Licenciado em Educação do Campo com ênfase em Ciências da Natureza e Matemática” e aprovado em sua forma final pelo Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

Florianópolis, 18 de março de 2022.

Profa. Dra. Carolina Orquiza Cherfem
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof., Dr. Elizandro Maurício Brick
Orientador
UFSC - EduCampo

Prof. Dr. Sílvio Domingos Mendes da Silva
Avaliador
UFSC

Profa. Ma Vânia Lúcia Boaventura da Silva
Avaliadora
SED-SC, CEJA-MAFRA

Profa. Ma Katia da Costa Leite
Avaliadora suplente
UFSC

Dedico este trabalho aos meus familiares em especial a minha mãe Maria Trisanete Mathioski Ziezkowski, que foi professora da rede pública durante a sua vida toda, ao meu pai Sidnei Ziezkowski que foi eletricista e vereador no município de Papanduva- SC, estes que são os responsáveis pela inspiração em buscar ferramentas/metodologias de educação e oferecer um bom trabalho a comunidade.

Esta dedicatória ofereço também aos meus/minhas colegas de turma da Educação do Campo, em especial ao Jossiel de Souza Prestes um grande amigo que este curso me deu, aos professores do curso, ao Orientador Elizandro Maurício Brick e por fim a minha parceira de aventuras e sonhos Kalinne Antoniazzi Zattar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus companheiros de curso, colegas e amigos que estiveram presente em momentos de dificuldade/desafios e alegria, destes destaco:

- Dos familiares; Ariane Ziezkowski, Gabriel Ziezkowski e Josemar Luiz Furtado.
- Dos colegas de curso; Jossiel de Souza Prestes, Julio Henrique Karpen, Gislaine Duffeck, Helena Moreira, Joel de Aviz e Andressa Cordeiro.
- Dos companheiros da Agroecologia; Sandro Ricardo Koch, Lila Orgânica, Rafael Alonso Salvador e Tiago Cidral.
- Dos professores da Educação do Campo; Elizandro Maurício Brick, Sílvio Domingos Mendes da Silva, Katia da Costa Leite, Natacha Eugenia Janata, Beatriz Bittencourt Collere Hanff, Wilson Schmidt, Juliano Camillo e Marcelo Gules Borges.
- Das pessoas que contribuíram para este trabalho; Vânia Lúcia Boaventura da Silva e Edineia Keetz.

Modernizar o passado
É uma evolução musical
Cadê as notas que estavam aqui
Não preciso delas!
Basta deixar tudo soando bem aos ouvidos
O medo dá origem ao mal
O homem coletivo sente a necessidade de lutar
o orgulho, a arrogância, a glória
Enche a imaginação de domínio
São demônios, os que destroem o poder bravio da humanidade
Viva Zapata!
Viva Sandino!
Viva Zumbi!
Antônio Conselheiro!
Todos os panteras negras
Lampião, sua imagem e semelhança
Eu tenho certeza, eles também cantaram um dia.
(NAÇÃO ZUMBI, 1994)

RESUMO

Este trabalho busca trazer registros e reflexões sobre a Educação de Jovens e Adultos Campo (EJA Campo) na perspectiva de um professor acadêmico do curso de Licenciatura em Educação do Campo. O trabalho surge das experiências vivenciadas nos estágios e na atuação profissional na Educação de Jovens e Adultos Campo. No trabalho é situando a concepção de currículo da EJA e da EJA Campo; é caracterizado o município de Papanduva-SC e a localidade Carijos; e também relatado a experiência docente do autor na EJA Campo, ofertada no regime de alternância, destacando desafios e os caminhos seguidos no processo.

Palavras-chave: Educação do Campo, EJA, Educação Transformadora.

ABSTRACT

This work seeks to bring elements about Rural Education from the perspective of a student of the Degree in Rural Education, generating reflections related to Youth and Adult Education experienced in internships and in the very act of teaching, situating the concept of EJA curriculum and the new teaching modality EJA Campo, featuring the municipality of Papanduva-SC and the locality Carijos, through an experience report in the Pedagogy of Alternation proposal, pointing out challenges and the paths followed in the process.

Keywords: Rural Education, EJA, Transforming Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Papanduva situada no Planalto Norte Catarinense	29
Figura 2 – A comunidade de Carijos e Floresta I situadas em Papanduva	33
Figura 3 – A Escola do Carijos	35
Figura 4 – Espaço externo e as condições da Escola do Carijos	38
Figura 5 – Construção de um espaço pertencente a maquete “ A Minha Propriedade dos Sonhos”	44
Figura 6 – Exposição da maquete na sede da EJA em Papanduva-SC	45
Figura 7 – Maquete sendo exposta na Feira do Conhecimento da Escola de Educação Básica Alinor Vieira Côrte.	46
Figura 8 – Atuação da Coordenadoria Regional de Educação de Jovens e Adultos	48
Figura 9 – Cronograma do minicurso oferecido a comunidade sobre as temáticas levantadas como situação problema no município de Papanduva-SC no ano de 2019	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EJA – Educação de Jovens e Adultos

CEJA – Centro de Educação de Jovens e Adultos

EduCampo – Licenciatura em Educação do Campo da UFSC

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

ProJovem Campo – Programa Nacional de Inclusão de Jovens

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SECAD –Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

CNEC – Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo

CCCSHLS – Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas -
Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul

LEC – Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro

EduCampo – Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de
Santa Catarina.

LEDOC – Curso de Licenciatura em Educação do Campo em diversas Universidades Federais
tais como a Universidade de Brasília e Universidade Federal do Maranhão

LANTEC – Laboratório de Novas Tecnologias -CED-UFSC

PROSA – Grupo de Pesquisa em Educação e Tecnologia Ético-Crítica, da Universidade
Federal de Santa Catarina (UFSC)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
OBJETIVOS	16
Objetivo Geral	16
Objetivos Específicos	16
METODOLOGIA	17
UM APANHADO DE INFORMAÇÕES SOBRE CRIAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	18
A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	21
CURRÍCULO E EJA	25
O CAMPO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM SANTA CATARINA	26
CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO LOCAL	29
ASPECTOS DO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA	29
CONTEXTUALIZAÇÃO DA COMUNIDADE CARIJOS-PAPANDUVA	32
RELATOS DE UMA EXPERIÊNCIA COM EDUCAÇÃO NO CAMPO	36
O PRIMEIRO CONTATO COM A EJA CAMPO NO INÍCIO DE 2018	36
A CONTINUAÇÃO DA CAMINHADA DOCENTE NA EJA CAMPO: O SEGUNDO SEMESTRE DE 2018	39
NOVOS DESAFIOS A VISTA: O SEMESTRE 2019/1	43
AUMENTANDO A COMPLEXIDADE DAS AÇÕES: UMA PARCERIA ENTRE A EJA E A UNIVERSIDADE	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	53
ANEXO A	55

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é um convite para que o leitor conheça a experiências vivenciadas na jovem modalidade de educação no Brasil, a Educação do Campo, que está sendo desenvolvida a partir de uma nova perspectiva de ensino, a qual propõe, em sua base, a compreensão da importância do ensino por área de conhecimento e da utilização da pedagogia da alternância. Além disso, a experiência discutida diz respeito à Educação do Campo na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), chamada em Santa Catarina de Educação de Jovens e Adultos Campo (EJA Campo) (SANTA CATARINA, 2018).

Busca-se esclarecer que o projeto Educação do Campo surge no contexto de movimentos sociais, com o intuito de promover uma formação mais próxima e articulada com a “vida real” e devido à necessidade de se pensar e se colocar em prática ações concretas e relevantes para a busca de um reparo social e um novo projeto de sociedade, na qual diversas populações historicamente foram deixadas de lado (CALDART, 2020). Neste contexto é que se visualiza o projeto Educação de Jovens e Adultos na rede estadual de ensino chamado EJA Campo, que busca oferecer uma correção histórico-social, relacionada diretamente à oferta de educação ao público marginalizado, contribuindo significativamente para os processos e desafios de vida, necessários como justiça para as populações do campo. O primeiro artigo do Decreto Nº 7.352, de 4 de novembro de 2010 que dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) reconhece como sujeitos do campo:

[...] os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural (BRASIL, 2010, p.1).

Durante todo o processo de desenvolvimento da sociedade brasileira, esses povos sempre estiveram em uma situação de marginalização social, o que reflete no acesso à educação formal, principalmente quando se tem uma análise crítica e amparada pela discussão sobre o que seria o acesso à educação, entendendo-se esta, logicamente, como educação de qualidade e significância para estas populações (MUNARIM, SCHMIDT. 2014, p.53). Ao assumir o papel de Educador do Campo, tem-se como desafio conscientizar a população

diante a importância de trabalhar com uma Educação do/no Campo, entendo o que é o campo; compreender que este ensino é para além do materialismo curricular e deve ser pensada desde as necessidades das comunidades das quais a escola é parte, até mesmo ao processo histórico que hegemonicamente ainda é enraizada a postura dos povos do campo, colocado como um sujeito que não precisaria de formação, mas somente de força física para as tarefas diárias. Nesse sentido, é importante desenvolver uma Educação no Campo que promovam ao sujeito envolvido pensar por meio da agroecologia, colocando a ciência atual e os saberes em sintonia, para uma melhora do uso da terra e renovando o conceito socioeconômico da função social da terra (CALDART, 2020).

Pensando dessa forma, é importante também analisar as demandas que pairam sobre a Educação, ou seja, quais pontos requer maior atenção dentro do contexto de cada comunidade e território. É difícil chegar a um consenso mas cito aqui a Educação de Jovens e Adultos, modalidade em que tive a oportunidade de atuar como docente e perceber que é um campo que necessita de um olhar mais crítico e atento.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 (BRASIL, 1996), em seu artigo 4º, inciso VII, a oferta de educação escolar regular para jovens e adultos passou a garantir aos trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola, com características e condições adequadas às suas necessidades e disponibilidades.

A LDB, no primeiro parágrafo do seu artigo 37, estabelece que:

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderem efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. (BRASIL, 1996, sem página)

De acordo com o Decreto apresentado anteriormente a EJA Campo nasce no estado de Santa Catarina em decorrência da já existente oferta de cursos relacionados com a “Educação do Campo”, dentre esses destaca-se o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem Campo) - Saberes da Terra (Ensino Fundamental), qual se coloca em diferentes espaços do território catarinense anteriormente da criação do Projeto EJA Campo. Essa situação de existir um curso de Ensino Fundamental promovido pela esfera federal, revela uma demanda de pessoas atentas à continuação dos estudos e conclusão do Ensino Médio. Essas pessoas almejam uma continuação do seu processo educativo onde a oferta de curso pudesse seguir as características que se tinham no Projovem Campo, com o ensino por Área

de Conhecimento, aulas em formato da Pedagogia da Alternância e aulas oferecidas na comunidade. Assim é criado o projeto EJA Campo em duas Coordenadorias Regionais do estado de Santa Catarina para dar seguimento a proposta almejada, na Coordenadoria Regional de Mafra e na Coordenadoria Regional de Laguna.

Neste texto irei comentar e relatar sobre o Projeto EJA Campo instituído na Coordenadoria Regional de Mafra, que compreende os municípios de Mafra, Itaiópolis, Papanduva e Monte Castelo, onde através de mapeamento da realidade a partir pesquisas estipuladas pela direção do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA de Mafra) no ano de 2017, apontam que o público que frequentava a Educação de Jovens e Adultos em todos os municípios citados, viriam da área rural e possuem uma conexão com o Campo e principalmente a agricultura familiar, o que dará significância evidente aos motivos de formar as primeiras turmas de projeto EJA Campo, naquele momento.

Com a implantação deste projeto aumenta consideravelmente o número de matrículas de alunos EJA nos municípios onde se teve a abertura de turmas, e uma procura efetiva no município de Papanduva.

Dessa forma, este trabalho busca apresentar um relato de experiência em termos de Educação do Campo, propiciada pela vivência do autor, que além de acadêmico do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Santa Catarina -EduCampo¹ é professor em Admissão de Professores em Caráter Temporário (ACT) na modalidade de Ensino de Jovens e Adultos “Campo”. Esta experiência de docência no Projeto EJA Campo oportunizou a aplicação de parte prática do processo de formação acadêmica, para além do estágio do curso de licenciatura. A atuação como “educador no campo” ofereceu uma experiência viva de como articular e organizar um processo de formação desenvolvido no ensino por área do conhecimento que busca respeitar a especificidade dos educandos em seu local de origem, em sua comunidade, podendo haver transformações evidentes na sua realidade, pelo simples fato de se instalar a escola próxima a sua localidade. Como afirma

¹ É importante destacar que embora a Licenciatura em Educação do Campo seja um mesmo curso, sua instituição em dezenas de universidades públicas por todo o Brasil acabou gerando siglas próprias para o curso. Enquanto na UFSC temos a EduCampo (BRITTO; BRICK, 2019), na Universidade Federal de Viçosa (UFV) é Licena (FERRARI et. al. 2019), Na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) é o CCCSHLS - Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas - Licenciatura. (HAMMEL, A.; ZENERATTI, F. L. 2019), LEC é a sigla do curso na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), e LEDOC em diversas outras universidades federais, tais como a UnB, a UFM etc. (MOLINA, M. HAGE, S. 2019).

Roseli Salete Caldart, “a reconstituição da função social das escolas do campo começa pelo que parece óbvio que é garantir o acesso das comunidades camponesas à escola pública em seus próprios territórios” (CALDART,2019, p.7).

Neste trabalho serão apresentadas práticas de docência realizadas na comunidade Carijos do município de Papanduva, sala coordenada diretamente pelo núcleo descentralizado (UD- Papanduva) da EJA Campo, sob direção do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA)-Mafra. Interessante destacar a relação direta do autor com o contexto da EJA na realização do estágio obrigatório no seu processo de formação no curso de Licenciatura em Educação do Campo. A parceria que se desenvolveu entre a Coordenação do CEJA - Mafra e o curso EduCampo, trouxeram participações significativas no ambiente da EJA de Papanduva, no qual se realizou projetos que trouxeram cada vez mais visibilidade ao curso de Licenciatura em Educação do Campo. Considerando esse contexto, apresento a seguir os objetivos do presente trabalho.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Relatar parte da experiência vivenciada, durante a formação inicial em educação do campo e como professor na EJA-Campo, na comunidade de Carijos, em Papanduva - SC

1.1.1 Objetivos Específicos

- Apresentar reflexões sobre o movimento de criação da Educação do Campo.
- Caracterizar a Educação de Jovens e Adultos vivenciada nos estágios e no próprio ato de lecionar, situando a concepção de currículo e da nova modalidade de ensino EJA Campo.
- Oferecer um relato da experiência como professor na proposta de Pedagogia da Alternância apontando desafios e os caminhos seguidos no processo.

1.2 METODOLOGIA

Este trabalho se trata de uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo participante, que parte de uma perspectiva que não dicotomiza sujeito e objeto. Ou seja, a prática do próprio autor também é objeto de descrição e análise. Desenvolvido através do resgate de literaturas em seu capítulo inicial onde busca dentro da análise do autor apresentar a formação do curso de Licenciatura em Educação do Campo, em seguida é proposta uma reflexão sobre o contexto da Educação de Jovens e Adultos obtida por meio de observações e entrevistas com coordenadores, professores dentro deste espaço escolar. A caracterização do município traz imagens desenvolvidas para a melhor compreensão espacial do local e argumentações recorrentes da própria população do município onde é citado no trabalho. Por fim o relato de experiência na modalidade de Ensino de Jovens e Adultos Campo fundamentado em registros de caderno pessoal do autor, planos de aulas, entrevistas com a pessoas envolvidas no processo de aplicação do projeto Ensino de Jovens e Adultos Campo, sendo que neste capítulo temos a presença de imagens realizadas no ano de 2018 e 2019 durante a experiência do autor do trabalho e, imagens desenvolvidas para a finalização do projeto de estágio de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Santa Catarina.

2. UM APANHADO DE INFORMAÇÕES SOBRE CRIAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

No que se refere às origens do debate sobre a Educação do Campo, encontra-se o livro de Munarim e Schmidt, intitulado: Educação do Campo e as Políticas Públicas; Subsídios ao dirigente Municipal de Educação (MUNARIM E SCHMIDT, 2014). A partir dele, é possível interpretar que a Educação do Campo no Brasil é fruto da luta de agentes civis, como professores, ativistas e movimentos sociais, os quais, aos poucos, percebem a necessidade de construção de uma nova política pública para a educação.

Segundo Munarim e Schmidt (2014, p.53), esses agentes têm a essencialidade de ter uma nova forma de educação para a classe trabalhadora, em especial a classe trabalhadora inserida no campo brasileiro. Este pensamento nasce a partir da década de 60, com o Movimento de Educação Popular, em oposição às ideias instauradas pela ditadura militar-civil, quando não eram permitidas intervenções educacionais voltadas aos desejos de alfabetização e de rompimento com a lógica hegemônica, de que o acesso a informação das classes vulneráveis deveria ser apenas para a formação de mão de obra. Nessa época, a perseguição de pensadores/educadores populares extinguiu as possibilidades de estas classes vulneráveis terem acesso a uma educação de qualidade. Por esse motivo, Antonio e Lucini (2007, p.181) afirmam que a possibilidade de pensar a educação a partir das classes trabalhadoras, sob o princípio de uma educação que liberta e concebe a vida humana para além das desigualdades, por meio de um processo dialógico, ganhou destaque no contexto da educação popular.

Segundo Munarim e Schmidt (2014, p.56) a partir de 1961 estaria sendo criada então a uma proposta de Educação Rural, como uma alça para assegurar a permanência das populações no campo e evitar a favelização nos grandes centros urbanos na época. Nessa perspectiva, o formato que a educação assumiu, foi para o atendimento à formação de mão de obra no campo e na cidade, os artefatos didáticos e as próprias metodologias utilizadas no decorrer dos anos, promoveram um distanciamento de sentidos da educação e aos poucos instalou-se a visão de que o campo, o rural é um espaço de atraso tecnológico e social, legitimadamente simbolizado pela mídia e algumas políticas públicas da época.

A partir da redemocratização do estado brasileiro, segundo Munarim e Schmidt (2014, p.51), especificamente a partir da constituição de 1988, estabelecem-se novos vínculos entre as populações identificadas como do campo e, principalmente, com o agente catalisador: o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), que promoverá encontros para o debate das questões envolvidas na Educação do Campo. Esses encontros seriam as premissas do debate sobre uma Educação do Campo em diferentes níveis, pensando um ensino que levasse em conta a cultura, as características, as necessidades e os sonhos de quem vive no Campo (Munarim et al. 2014, p.20).

Essa nova educação necessitava de uma equipe de docentes preparadas para alcançar condições de justiça social pelas populações do campo, no que se refere aos direitos conquistados em relação à educação. Logo, é nítida a necessidade de um “novo” curso de formação de professores, uma nova lógica de promover a produção do conhecimento, uma nova forma de acesso para estas populações mais desfavorecidas.

Para melhor apresentar este avanço no desenvolvimento de um curso de formação de docentes Roseli Salete Caldart (2011) apresenta parte do processo de implantação de uma Licenciatura em Educação do Campo, com início da primeira turma em 2007, destacando que esse processo envolveu a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), e que foi estruturada na 2º Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo (CNEC), momento em que se discutiu uma proposta curricular diferenciada, embasada na Pedagogia da Alternância e no ensino por área do conhecimento.

Essa proposta formativa coloca a Licenciatura em Educação do Campo como um curso que promove uma conexão mais real com os processos de Produção da Vida, tornando assim o aprendizado, o conhecimento construído, como uma ferramenta mais objetiva para com os desafios da realidade posta. Renovando as perspectivas de produção de conhecimento a partir de interesses comuns para tal realidade, o ensino por área de conhecimento oferece, dessa forma, a possibilidade de novas constatações, novos olhares para a prática docente, principalmente dentro das críticas que se tem sobre o ensino fragmentado distanciados da realidade, ou seja, uma forma de ensino/aprendizagem voltada ao cumprimento da transformação social enquanto classe trabalhadora do campo (CALDART, 2020).

Os professores formados em Educação do Campo podem trabalhar em diferentes níveis de ensino, desde o ensino regular, nos níveis Fundamental e Médio, até outras

modalidades, como a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Desta maneira, é imprescindível reconhecer os avanços em escala estadual e nacional desse projeto formativo específico da Educação do Campo, como exemplo, a própria sinalização do governo do Estado de Santa Catarina de reconhecer a especificidade da Educação do Campo, com a implementação e experimentação do Projeto EJA Campo, modalidade de ensino esse que se discute na continuação deste trabalho.

3. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A EJA é dedicada a jovens e adultos que não concluíram o ensino fundamental ou médio que na maioria dos casos trabalham durante o dia e necessitam de um horário diferenciado. A educação de jovens e adultos tem conteúdos, currículos e métodos distintos da modalidade regular e necessita de uma prática diferenciada para o público e que não seja infantilizada.

Os jovens e adultos que chegam à escola são sujeitos diferentes uns dos outros com idades e experiências diversas. Buscam na escola concluir ou mesmo iniciar seus estudos. Um dos desafios a observar em relação à EJA é a questão da evasão escolar, problema que está sempre presente nos estabelecimentos de ensino relacionado à dificuldade de entender os estudantes como sujeitos, a metodologia dos professores e aplicação das diretrizes curriculares, assim como a atuação da gestão escolar.

Sendo assim, a questão da evasão escolar é um tema a ser discutido com muito cuidado, pois há muitas variáveis em torno dessa consequência. Será a metodologia utilizada? A situação econômica? Será a inexistência do apoio familiar?

Se olharmos para o atual cenário do mercado de trabalho, notamos a grande busca pela inclusão nele, muitos, inclusive, precisam auxiliar financeiramente suas famílias, então abre uma enorme distância entre sua vivência e formação. Muitos jovens acabam evadindo da escola sem tomar conhecimento do prejuízo posterior que ele encontrará, todavia que o grande desenvolvimento industrial requer certa parcela de formação escolar para poder exercer certas funções no trabalho. Então esses jovens se veem excluídos e a instituição CEJA aparece como uma possibilidade rápida e eficiente para conclusão de seus estudos favorecendo a possibilidade de qualificação dos estudantes nela inseridos.

Muitas vezes o desinteresse por parte dos alunos surge da própria relação aluno – professor, onde muitos não conseguem interagir com a metodologia aplicada, não conseguem se colocar como participante efetivo de seu próprio interesse como sujeito participativo da sala de aula, em questionamentos e problematizações do conteúdo oferecido pelo professor ou até mesmo das suas próprias contribuições. O aluno se esforça em aprender quando percebe que os conteúdos da aprendizagem são atrativos, úteis, permitindo fazer pontes com sua vida

diária, interessante o suficiente para que o esforço valha a pena. Mas, pelo contrário, percebe que aprender pode ser apenas memorizar certos conteúdos para usá-los em uma prova.

Outro problema a ser citado é a questão das faltas, onde muitos alunos acabam reprovados por frequência insuficiente. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) a educação básica em todo o país deverá ter, tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio, uma carga horária mínima de 800 horas divididas em 200 dias letivos, com frequência mínima do aluno para aprovação de 75%; na modalidade de ensino EJA, por ser diferenciado o aluno só pode conter 12 faltas por disciplina, então essa problemática poderia ser analisada melhor para proporcionar uma solução onde o aluno que realmente precisar faltar e conseguir justificar a falta, não seja tão prejudicado, tendo em vista que muitos trabalham durante o dia e às vezes dispõe somente do horário noturno para realizar alguma atividade particular. Mas é importante averiguar o porquê das faltas quando em excesso, e não somente lhe dar um "trabalho extra" como maneira de recuperar o conteúdo perdido (prática comum nas unidades de ensino).

Apesar de diversas possibilidades serem ofertadas, a evasão escolar tem se tornado um desafio para os professores que buscam a permanência do aluno em sala de aula. Inúmeras são as dificuldades quando se refere à permanência desses indivíduos, devido à sobrecarga de trabalho, professores sem uma qualificação adequada e com pouco incentivo para realização de formação continuada, falta de recursos em sala de aula para que o educador possa instigar o aluno a busca do conhecimento, a desvalorização monetária e social do trabalho docente, entre outros fatores.

A questão da evasão escolar é um problema encontrado em várias escolas do ensino fundamental e demais parâmetros da rede de ensino; sendo que as principais dificuldades encontradas pelos alunos quando estavam no ensino regular era a questão da inclusão no mercado de trabalho, a falta de apoio por parte da família, o desinteresse nas disciplinas e até mesmo os seus comportamentos na escola.

A educação de jovens e adultos merece uma atenção específica, não se deve apenas se preocupar na aquisição do domínio de ler, escrever e contar, mas também no desempenho pessoal e coletivo com vista à construção de uma sociedade mais justa que os possibilite a ser cidadãos dignos e conscientes de seus direitos e deveres. Faz-se necessário, sobretudo no contexto da EJA, usar umas metodologias e abordar conteúdos pertinentes ao estudantes que

dela fazem parte, a fim de despertar em cada um o auto reconhecimento como sujeito, como cidadão que pode atuar em conjunto com a comunidade para transformação da realidade, assim como o prazer de estudar, de estar na sala de aula, de permanecer na escola. Para isso é necessário compreender o contexto social, histórico, cultural e político no qual a EJA está inserida, para que essa intencionalidade ético-política não se esgote no voluntarismo, sendo assim é necessário a busca pela efetividade nos processos educativos promovidos, na sistematização coletiva dos conteúdos das aprendizagens pretendidas, propiciando que o aluno perceba a importância do aprendizado para o seu cotidiano e não simplesmente para receber um certificado de conclusão. Assim, é importante que estejamos atentos às mudanças no paradigma da EJA que historicamente vêm sendo construídas com base no assistencialismo, e que norteiam, de maneira consciente ou não, as práticas pedagógicas na sala de aula. Dessa maneira podemos pensar que se a EJA não fosse necessária, isto nos daria a imensa satisfação de sabermos que o ensino regular está cumprindo com seus objetivos, e que todos os brasileiros estariam com o seu direito subjetivo de acesso e permanência na educação assegurada e nesse ponto a constituição federal de 1988 sendo cumprido.

Uma das iniciativas que busca pôr em prática estes pressupostos, é o projeto EJA Campo, o qual será comentado especificamente neste trabalho, envolvendo relatos vivenciados enquanto docente nesta modalidade de ensino, sob a minha percepção enquanto um educando no seu processo de formação inicial em Licenciatura em Educação do Campo pela Universidade Federal de Santa Catarina.

No que se refere à oferta da EJA no campo, é necessário observarmos que, para que ela se torne efetiva, muitos desafios devem ser enfrentados, tais como a garantia do transporte escolar quando necessário, que assegure boas condições aos envolvidos nesse processo educativo, pois muitas vezes esses sujeitos residem em localidades afastadas do local/instituição de ensino, o que pode ter sido um problema já anteriormente encontrado por eles. Também a disposição dos horários para a organização das aulas tendo em vista que, trabalham durante o dia e dependendo do início das aulas é complicado conseguirem chegar no horário proposto, por isso a flexibilidade no horário se faz imprescindível, cabe ressaltar que tudo isso deve ser pensado e planejado de acordo com as diretrizes apresentadas. Outro ponto é entender as alterações relativas ao calendário escolar, ao plano curricular, as condições favoráveis ou não para o desenvolvimento das aulas, a carga horária das aulas e os

dias letivos, entre outros, que estão relacionados à elaboração de uma política pública que defenda uma oferta que não seja excludente de antemão para os estudantes da EJA. Paulo Freire, ao tratar do processo educativo salienta que as metodologias nele envolvidas devem considerar as necessidades de aprendizagem dos educandos, a fim de que esta se torne relevante, promovendo sentido desta aprendizagem para os mesmos.

Portanto, tudo o que se associa ao complexo processo educativo de forma geral é preciso ser levado em conta para a realização dos planejamentos e também das políticas públicas, principalmente quando se refere à oferta de EJA no contexto do campo, o que em Santa Catarina têm sido considerados como uma modalidade diferenciada, com diversas especificidades. Como exemplo, citamos o uso da Pedagogia da Alternância que busca tornar a educação no campo eficaz.

Por fim, cabe explicitar que sabemos que não há oferta da EJA em todos os espaços do campo em Santa Catarina, sendo essa modalidade existente apenas nas Coordenações Regionais de Ensino de Mafra e de Laguna, mesmo que ela seja um dever do Estado (BRASIL,1996) e um direito de todos os cidadãos do campo que não tiveram oportunidade de concluir a educação básica. Apontamos a necessidade de estudos mais detalhados do porquê da falta da EJA no campo em outras Coordenações Regionais de Ensino em Santa Catarina. Quais os elementos que impedem ou que dificultam a sua oferta, visto que o campo concentra um número elevado de pessoas que não concluíram os estudos em idade própria ou que não tiveram acesso à vida escolar, e que agora adultos poderiam demonstrar interesse em concluir a Educação Básica para exercer sua cidadania de forma mais plena? Como a participação desses sujeitos na EJA - que reconhece a importância dos estudos para sua formação como seres humanos e sociais, em busca de autonomia e possibilidades para uma melhoria na sua qualidade de vida - poderia contribuir para a transformação da realidade do campo? Essa participação poderia contribuir de alguma forma com a permanência dos jovens no campo, com o enfrentamento das tensões geracionais que temos no campo? É necessário entender que, se há condições que não favoreçam a oferta da EJA no espaço citado, então deve-se buscar políticas educativas que diminuam as dificuldades encontradas. Elaborar projetos que apresentem esta necessidade aos órgãos governamentais como caráter de urgência quando observados. Também é relevante salientar que, se a cultura do campo se reduz à baixa escolarização, a falta de informação das pessoas residentes neste espaço com relação a este

assunto não permite, então, que as mesmas busquem o exercício dos seus direitos, inclusive o direito de participarem da EJA. A falta de informações referente aos projetos e políticas que envolvem jovens e adultos teriam influência sobre a não reivindicação dos seus direitos? Muitas dessas questões fogem ao que poderia ser abordado neste trabalho, mas são preocupações com as quais convivemos enquanto buscamos concretizar o que se propõe a EJA Campo.

3.1 CURRÍCULO E EJA

Enfatizamos a importância que Freire (2013) dá ao currículo, embora não tenha desenvolvido especificamente o conceito de currículo, considera que “o diálogo começa pela busca dos conteúdos programáticos” (FREIRE 2013). Na EJA o autor é bastante referenciado, ao se destacar a necessidade de desenvolver métodos e objetivos que se adequassem às especificidades dos estudantes da EJA. Por meio de suas teorias e práticas houve um acúmulo de discussões para essa modalidade de ensino. Paulo Freire reconhece a educação como ação política por primazia, e suas ideias são referências para a concepção crítica do currículo que caracteriza a escola como campo de disputa política, sendo o currículo elemento básico dessa disputa. Freire (1979a) concebe a educação associada à prática da liberdade. Para ele, a melhor maneira de pensar a prática é aprender a pensá-la e cada vez mais buscar novas práticas.

A concepção crítica de currículo se baseia na preocupação com o conhecimento como prática social transformadora, como meio para transformar a realidade. Nas palavras de Freire (1979a): “a educação tem caráter permanente. Não há seres educados e não educados. Estamos todos nos educando. Existem graus de educação, mas estes não são absolutos. O homem, por ser inacabado, incompleto, não sabe de maneira absoluta” (Ibid, p. 28).

A possibilidade de uma construção mútua entre sujeito e objeto parte principalmente da proposta dialética do conhecimento, ou seja, caracterizada pela práxis humana sobre o mundo que, tanto o mundo como o homem se transformam e se movimentam construindo sua história. Esse processo educativo considera a humanidade como construtora não apenas do conhecimento mas da realidade humana, são também fonte de conhecimento, suas vivências e

culturas são o combustível para o desenvolvimento de uma cidadania crítica, participando efetivamente como sujeitos de sua realidade.

Seguindo esse pensamento, a cultura é notada como uma produção dialética do trabalho, ou seja, o mundo é modificado pelo homem, que se descobre agente transformador da realidade e com isso o mundo vai aos poucos se humanizando. Para Freire (1980, p. 38), a cultura é a capacidade de criar dos homens e mulheres nas relações que vão tecendo ao longo da história. Em sua expressão,

[...] é lícito dizer que o homem se cultiva e cria a cultura no ato de estabelecer relações, no ato de responder aos desafios que lhe apresenta a natureza, como também, ao mesmo tempo, de criticar, de incorporar a seu próprio ser e de traduzir por uma ação criadora a aquisição da experiência humana feita pelos homens que o rodeiam ou que precederam (FREIRE, 1979b, p. 21)

No panorama de uma concepção crítica como princípio educacional, os atos humanos e o construto de cultura e autonomia não se relacionam ao pensamento de que a escola é apenas lugar de instrução. Ao contrário, a cultura é um elo entre a contradição e a possibilidade de luta, onde o sujeito além de promover conhecimento pode se reconhecer como sujeito coletivo reivindicador dos direitos vigentes e de novos direitos, tornando-se capaz de superar os fatalismos, o conformismo em relação às injustiças vivenciadas, criando e se articulando por meio de movimentos sociais na luta pela construção de um novo futuro. O currículo escolar, ligado a todo o conjunto de práticas educacionais e também sociais, forma os sujeitos sempre em relação à uma ideia de sociedade e de humanidade. Através do currículo escolar, ou seja, às práticas educativas efetivamente realizadas, há possibilidade de se compreender como o poder e o conhecimento podem conectar as instituições educacionais à práticas voltadas à adaptação da realidade injusta ou às lutas pela construção de uma outra realidade. Isso significa assumir uma ideia radical de educação, é resistir a uma concepção de produção unilateral de conhecimento, ideologicamente aparecendo como pronta e acabada.

3.2 O CAMPO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM SANTA CATARINA

A EJA Campo representa um avanço social em Santa Catarina em relação ao reconhecimento das desigualdades presentes no Brasil, atenta a importância de se reconhecer que existe um público desatendido diante do direito à educação. Segundo o artigo 37, da LDB

(BRASIL, 1996), “a Educação de jovens e adultos é destinada àqueles que não tiveram direito/oportunidade ao acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. Este público é composto por homens e mulheres de diferentes idades, que não concluíram a escolarização nos níveis fundamental e médio e não conseguiriam realizar o curso EJA de forma presencial na “unidade comum na sede do município”, pois se veem inseridos nas áreas rurais onde geralmente essas localidades se dão afastadas da sede do município. Ou seja, está voltado à sujeitos duplamente excluídos do acesso à Educação Escolar. Devido a este cenário, em 2018, o Estado de Santa Catarina institui a denominada “Política de Educação do Campo”, que reconhece a importância de colocar em pauta a escolarização no estado, a função social da escola em seus diferentes espaços, surgindo como entendimento e reconhecimento às diversidades sociais que temos no estado e suas especificidades, no âmbito da cultura, do território em si, e da singularidade das populações do campo.

A Política de Educação do Campo, segundo a Secretaria de Estado da Educação do governo do estado de Santa Catarina (SANTA CATARINA, 2018), compreende as populações do campo da seguinte maneira: conceitualmente, a legislação nacional ensina que a Educação do Campo incorpora todos os ambientes que envolvem a agricultura, a pecuária, as minas, os espaços das florestas, pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas (p.8). Produzir uma política pública de educação olhando para a sociedade catarinense, seus diferentes territórios, suas especificidades, sua polissemia cultural é um ato de reconhecimento e valorização de populações que necessitam ser entendidas fora da dicotomia hierarquizada rural e urbana. Neste sentido, esta Política de Educação do Campo abre o debate, organiza e pauta interações pedagógicas nas escolas, vinculando a valorização de saberes e a ampliação de repertórios culturais para empreender a educação de qualidade que todos os catarinenses merecem. Esta caracterização representa um avanço das condições de aplicação de uma educação que se diga útil, que respeite as diferenças e contribua gradativamente em questões socioeconômicas para estas populações.

Em 2019 em Santa Catarina, haviam quatro unidades de ensino atendendo à EJA Campo, distribuídas entre a regional de Laguna e de Mafra, esta última nos municípios de Papanduva, Monte Castelo e Mafra, com um total de 25 turmas, sendo 17 nos anos finais do Ensino Fundamental e 8 no Ensino Médio, totalizando 221 e 103 alunos, respectivamente.

(ANEXO 1). É fundamental destacar um grande diferencial dessa experiência, além da oferta em regime de alternância², diz respeito ao trabalho ativo de identificação de demandas para formação de novas turmas. Nesse sentido, esses números expressam apenas uma fotografia de um processo que era dinâmico com a possibilidade de formação de novas turmas à medida em que os jovens e adultos tomavam conhecimento de retornar a estudar nesse formato.

É no contexto da EJA que desenvolvi os estágios de docência do curso e que tenho atuado enquanto docente. A EJA Campo desenvolvida na região do planalto norte está em sintonia com a finalidade da Licenciatura em Educação do Campo, pois também busca formas de contribuir direta e indiretamente com as comunidades camponesas locais em termos de formação humana e social. Neste contexto, apresenta-se a seguir reflexões de como se deu a experiência dos estágios de docência, levando em conta a especificidade destas populações, entre os anos de 2018 e 2019.

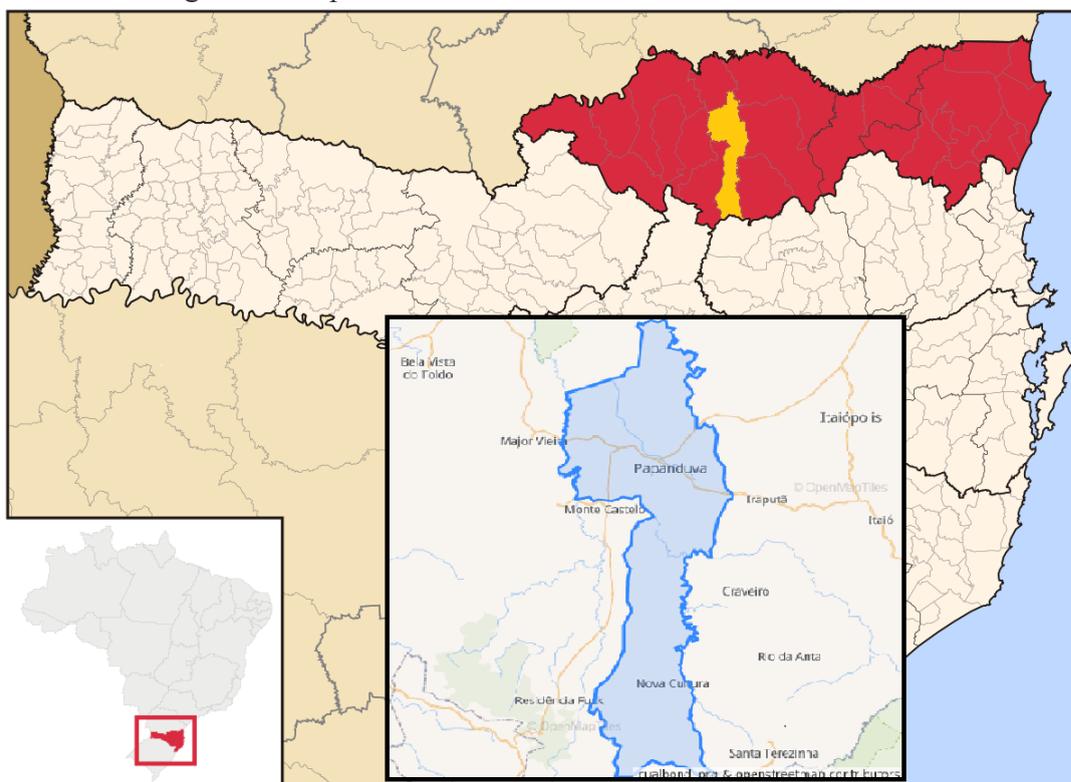
² Em regra, no TE, além das aulas de cunho mais teórico, são promovidas as trocas de experiências entre os estudantes. No TC, as atividades são realizadas com orientação e acompanhamento dos professores: estudo dirigido, pesquisa e sustentabilidade na agricultura familiar, partilha de saberes com as pessoas do lugar, registros de observações, diário de campo e atividades de integração teórica e prática. (SANTA CATARINA, 2018)

4. CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO LOCAL

4.1 ASPECTOS DO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Papanduva é um município localizado na microrregião do Planalto Norte do Estado de Santa Catarina, com uma população de 19.521 pessoas estimada em 2021 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Figura 1 – Papanduva situada no Planalto Norte Catarinense



Descrição da Figura 1: Esta imagem apresenta o posicionamento do município de Papanduva no Estado de Santa Catarina:

Fonte: Wikipedia em endereço: https://en.wikipedia.org/wiki/Norte_Catarinense, 2022.

Considerado “rural”, o município apresenta em sua identidade uma conexão diretamente ligada à agricultura. Sua densidade demográfica, ainda segundo dados do IBGE, é de 23,97 hab/km². Assim sendo, a história desse território/espaco gera uma relação de dependência econômica e de políticas públicas voltadas ao meio rural, explica-se isso porque basicamente boa parte da população local tem ou teve algum contato com a agricultura, como fonte de renda ou de subsistência, no passado e até nos dias atuais. Relevante fatia da

arrecadação do ICMS provém diretamente da produção agrícola, sendo interessante ressaltar o reflexo e conexão direta entre o “campo e cidade”, no sentido de que se os produtores rurais conseguem alcançar bons números na produtividade, isto se manifesta imediatamente nas casas de comércios e na prestação de serviços da área urbana.

Atualmente o setor industrial é representado por empresas de diferentes segmentos de mercado. A produção de madeira tem sua importância na geração de empregos diretos e indiretos, porém, o município apresenta novas participações significativas em outros setores, em segmentos como a produção têxtil e derivados do plástico, fomentando o aparecimento de empresas de reciclagem.

A população papanduvense é composta por diversas etnias, majoritariamente por imigrantes europeus (ucrainos, poloneses, italianos e alemães). Por este município se situar no espaço que foi palco da Guerra do Contestado, também existe a presença do caboclo, que, por sua vez, contribuiu juntamente com as etnias europeias para a construção da cultura papanduvense. O fruto dessa miscigenação também deu origem às formas de manejo do extrativismo e da culinária local.

Como complemento, destaca-se a informação disponível no site da Prefeitura de Papanduva:

A cidade de Papanduva, localizada no Planalto Norte Catarinense, ainda é muito jovem na sua jornada, com 62 anos de história tem ruas largas e bem planejadas, e apresenta uma grande diversidade étnica entre seus quase 18 mil habitantes. A terra foi palco da Guerra do Contestado, no início do século XX e rota dos tropeiros que percorriam a região Sul levando o gado do Rio Grande do Sul até São Paulo. Os primeiros colonizadores de Papanduva que se tem registro foram portugueses, alemães, poloneses, ucranianos e caboclos. As diferentes associações culturais e grupos folclóricos revivem as tradições dos pioneiros através da música, da dança e da gastronomia. (PAPANDUVA, 2014).

Em Papanduva, como em todo o Brasil, o setor agropecuário tem papel extremamente importante dentro da economia. Isso se justifica pelo aumento da participação de pequenos agricultores, sobretudo na produção de grãos como a soja, a qual garante produtividade em áreas em que não se “necessita um preparo tão intensivo do solo ou dependência direta das chuvas e é importante para a rotação de culturas na área de planta” (fala³ de um agricultor de Papanduva).

³ Explicação obtida pelo autor através de pesquisa informal com pequenos agricultores que começaram a produzir esta variedade

A cultura do milho também é parte da identidade do povo papanduense, existindo diversas cooperativas de produtores que processam este grão em grande escala. Já na Agricultura Familiar, a produção deste grão é feita em menor escala dentro da propriedade, geralmente voltada à criação de animais, para o consumo na propriedade e para a venda de proteína animal, garantindo, assim, custos mais baixos para o produtor.

O fumo, por sua vez, dentro da Agricultura Familiar, é a cultura que prevalece em nosso município e região, devido ao histórico hábito de cultivá-lo. Ele oferece aos pequenos agricultores uma margem de lucro que se torna atrativa, mesmo apresentando riscos à saúde dos produtores, devido ao seu manejo estar sempre relacionado à aplicação de herbicidas e defensivos (agrotóxicos).

Nas médias e grandes propriedades, o destaque vai para o cultivo do trigo, sendo a este destinada uma grande quantidade de áreas, em razão do microclima que favorece o plantio desta cultura. Inclusive, o município possui em seu passado uma representação significativa na industrialização do trigo no Planalto Norte, pois no centro de Papanduva, existia o “Moinho da Cultura”, em que boa parte da produção era beneficiada e posteriormente vendida para várias regiões do estado.

A estrutura fundiária de Papanduva possui uma distribuição de terras muito semelhante à do Brasil, “onde poucos têm muito e muitos têm pouco”. Há um contraste evidente quando reparamos a divisão de bacias hidrográficas existentes em nosso município. Na bacia do Iguaçu estão as maiores concentrações de terra (áreas planas), enquanto na bacia do Itajaí há um significativo número de pequenas propriedades (áreas próximas ao início da Serra do Mar), ou seja, na bacia do Iguaçu é expressivo o cultivo da monocultura industrializada de grãos (latifúndios), já na bacia do Itajaí, grande parte da produção é diversificada entre fumo, grãos e gado leiteiro com característica de Agricultura Familiar (minifúndios). Em decorrência dessa realidade, o êxodo rural é bastante presente. Muitas famílias deixam de plantar e acabam dependendo de buscar sua renda em empregos de outros setores, assim suas propriedades ficam disponíveis para aqueles que conseguem ter competitividade no manejo e, acabam tendo a condição de arrendar parte das terras de outros pequenos agricultores.

A indústria de Papanduva é fortemente representada pela produção de madeira, a qual é responsável pela geração de empregos, seja de forma direta ou indireta, como em

serviços de mecânica, borracharia, construção civil, dentre outros. Dessa forma, apenas a presença deste setor (madeireiro) é capaz de fomentar boa parte do comércio existente no município.

Papanduva também possui uma significativa produção de materiais reciclados. A partir do ano de 2000, muitas indústrias instalaram-se no município, com intuito de receber e processar o plástico, transformando-o em produtos como canos, forros, mangueiras e diferentes embalagens. A partir de então, a reciclagem foi um dos setores que cada vez mais cresceu em números de produção e de geração de empregos, resultado da busca por tecnologias estrangeiras no processamento do material e pelo apoio do poder público.

O setor têxtil também vem crescendo a partir de parcerias com outros municípios, principalmente da região do Vale do Itajaí. É representado expressivamente por uma única empresa (Lynel), cuja produção se destaca em produtos conhecidos como “cama-mesa-banho”. Esta empresa investe em tecnologias e formas sustentáveis, podendo agregar valor em seus produtos e oferecer a Papanduva um destaque de produtividade dentro deste setor.

4.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA COMUNIDADE CARIJOS-PAPANDUVA

A comunidade Carijos é uma localidade que tem em sua história artefatos importantes para o contexto papanduvense, não se trata de uma extensão territorial grande, porém ela possui um histórico interessante, relacionada ao extrativismo da Erva-Mate e traços da exploração madeireira da Lumber⁴.

A partir de 1903 a família Ribas compra a Fazenda dos Queimados que hoje consideramos parte da localidade de Carijos, é a partir da vinda desta família que se começa a abertura de áreas de pastagens e exploração e beneficiamento da Erva-Mate. Boa parte da madeira que seria retirada desta área inicialmente, será vendida a Lumber e posteriormente a própria família Ribas possui a sua madeireira, junto a ela, a ervateira e atividade agropecuária. Não se tem registros de quando começa a vinda de famílias para trabalhar nesta fazenda direta e indiretamente, mas entende-se que muitas das quais migraram para esta

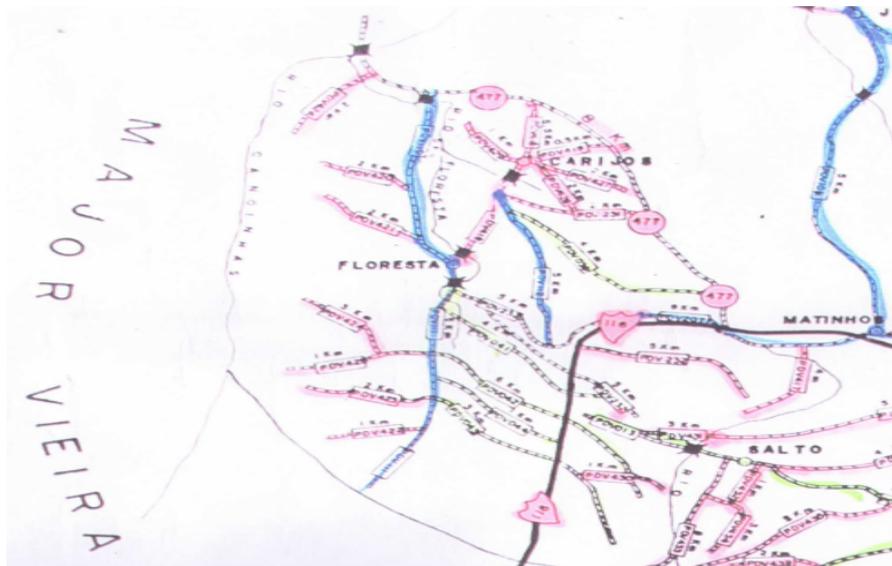
⁴ Empresa de exploração comercial de madeira instalada no início do século XX no município de Três Barras.

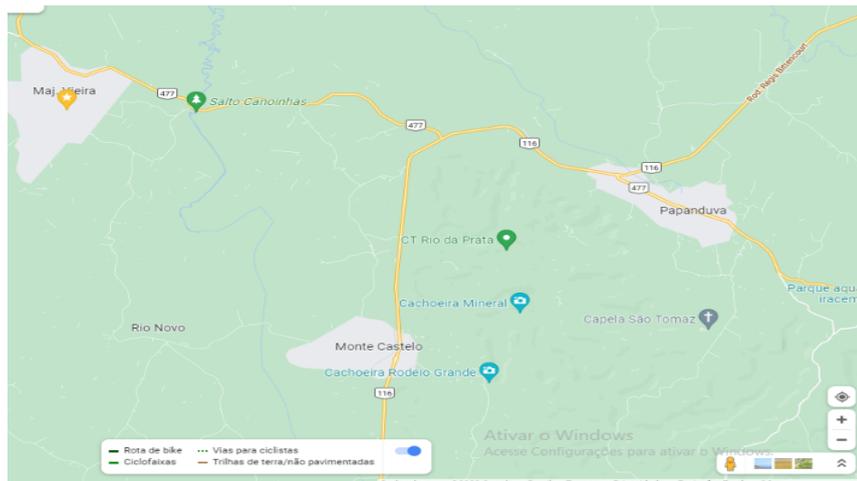
localidade, com o intuito de trabalhar na retirada da erva-mate e por isso é batizada a comunidade de Carijos. E o que significa Carijo?

O carijo funciona como uma grande grelha elevada a uma altura entre 1m e 1,5 m do chão, sustentados por quatro pilares roliços de madeira enterrados a 50 cm de profundidade e, no caso, separados por 2 metros, formando uma base quadrada. O estrado sobre o qual serão colocados os feixes de erva pode ser feito tanto de bambu verde quanto de outra verga de madeira verde local, amarrados com algum cipó ou arame a uma distância que permita a passagem do calor e da fumaça. É importante que as madeiras sejam descascadas para que diminua o risco por incêndios. Nestas dimensões o carijo possui capacidade aproximada para resultar em uma produção ao redor de 150 kg de erva-mate seca. (ZILLES FREDRIZZI; DA ROCHA ERREIRA, 2015).

É interessante compreender que para realização da extração e beneficiamento da erva-mate é necessário que várias pessoas estejam envolvidas, na colheita, sapeco e moída. Dessa forma faz com que as famílias se aproximem desta cultura e repassam de geração em geração o conhecimento que foi construído por várias etnias. Assim se adota o nome de Carijos na para a localidade.

Figura 2 – A comunidade de Carijos e Floresta I situadas em Papanduva





Descrição da Figura 2: Trazemos parte do mapa das estradas do município de 1976, que estava disponível no acervo da prefeitura, para comparação com uma imagem criada a partir de pesquisa no Google Maps, contextualizando de onde se localiza em relação ao meio urbano de Papanduva a direita, Monte Castelo na parte inferior da imagem e Major Vieira a esquerda.

Fonte: Prefeitura de Papanduva- Mapa das estradas do Município de 1976 e Google Maps, 2022

Como situamos, boa parte da Comunidade Carijos se forma estando ligada diretamente e indiretamente como trabalhadores do ramo da extração de madeira e Erva-Mate. Durante a experiência de docência do autor deste trabalho na comunidade de Carijos, foram registradas algumas falas durante debates sobre a história de vida dos educandos naquela localidade e parte das frases explicavam a vinda de suas famílias para morar na comunidade; “Nós mudamos pra cá, para tirar madeira para ervateira”, "morávamos perto da vargem do Rio Canoinhas, tinha peixe e caça e o pai tirava madeira, depois de um tempo mudamos para mais perto dos Ribas em um terreno que foi doado”.

Importante destacar a presença da família Becker na região entre a localidade de Carijos e Floresta I, onde se instalou em 1916 vindos do município de Itaiópolis-SC. Os motivos da migração seriam a busca por áreas para plantação com terras mais férteis, criação de animais e junto a isso, a exploração de madeira e erva-mate. Morando próximo ao Rio Floresta, um afluente do rio Canoinhas, ali foi criada uma marcenaria em 1935 e, em 1940 funcionou pela primeira vez uma roda d'água utilizada para serrar madeira e moer cereais. A importância dessa serraria se destaca pela fala de seu José Davet Becker Filho, entrevistado no ano de 2022, ele esclarece que a serraria contribuiu para a construção de várias moradias/casarios das comunidades de Floresta I e Carijos, ou seja, esta família irá promover um certo desenvolvimento importante, tanto para a geração de empregos, como uma opção de

beneficiamento da madeira e cereal que será produzido por outras famílias próximas desta instalação.

A comunidade nos dias atuais é composta por moradores que na grande maioria retiram sua renda trabalhando em serrarias de pequeno porte, fazendas e na Master Agropecuária.⁵ A outra fatia de moradores desenvolve sua renda na sua propriedade através da produção agrícola de caráter familiar e artesanatos.

Figura 3 - A Escola do Carijos.



Descrição da Figura 3: Nesta foto vemos a gruta do santo padroeiro da comunidade e ao lado na edificação, vemos duas portas próximas da esquerda para a direita que seriam banheiros, a terceira porta estaria a sala de aula utilizada para as aulas do EJA Campo e catequese e a quarta porta a igreja.

Fonte: Elaboração própria do autor do trabalho, 2018

Foi nesta comunidade que se deu a experiência de educação para jovens e adultos no campo, nas instalações evidenciadas na Figura 3, sendo assim, venho a seguir apresentar pontos importantes desta jornada vivenciada pelo autor deste texto e todos os envolvidos.

⁵ Empresa Agroindustrial de produção de proteína suína instalada no município de Papanduva em três localidades: Queimados, Arroio Fundo e Carijos.

5. RELATOS DE UMA EXPERIÊNCIA COM EDUCAÇÃO NO CAMPO

5.1 O PRIMEIRO CONTATO COM A EJA CAMPO NO INÍCIO DE 2018

No início do terceiro ano de estudos na EduCampo - UFSC no Polo de Mafra/SC, a turma foi convidada a participar da chamada pública referente ao projeto EJA Campo que aconteceria no mês de março na secretaria regional do Estado, em São Bento do Sul. Esse convite foi feito pela coordenadora do projeto EJA Campo, do Centro de Educação de Jovens e Adultos de Mafra. Alguns acadêmicos do curso de Licenciatura em Educação do Campo (UFSC) foram até o município de São Bento do Sul para concorrer a esta oportunidade, durante a chamada pública, descobriu-se que na modalidade de EJA Campo para a Região do Planalto Norte, aconteceria especificamente nos municípios de Mafra, Papanduva e Monte Castelo. No município de Papanduva estavam abertas duas turmas: uma na localidade de Palmito e outra turma na localidade de Carijos, localidades situadas na área rural do município, bastante distantes da sede. O autor deste trabalho conseguiu candidatar-se e ter a possibilidade de trabalhar na localidade de Carijos, com o Ensino Médio, na área de conhecimento das Ciências Humanas, trabalho interdisciplinar entre história, Geografia, Filosofia e Sociologia.

Muito embora estivesse ciente do desafio de lecionar por área de conhecimento, uma vez que o curso de Licenciatura em Educação do Campo do qual estava inserido tinha ênfase nas Ciências da Natureza e Matemática, ou seja, precisaria reconhecer pontos importantes da formação em uma outra área de conhecimento, para que se pudesse oferecer o ensino com qualidade.

Ao conhecer a proposta da EJA Campo e perceber que ela também se organiza dinamicamente na Pedagogia da Alternância, gerou certa segurança, pois já tinha uma aproximação devido à experiência com esta forma de organização do ensino. A EduCampo - UFSC funciona intercalando momentos de tempo escola (TE) e tempo comunidade (TC). A vivência pelo autor deste texto no modo de ensino dinamizado pela alternância foi crucial para compreensão da proposta da EJA Campo, pois pôde vivenciar o que é a instituição de ensino ser estruturada para oferecer as condições de permanência no curso de graduação, em uma universidade pública, gratuita e de qualidade. Ao mesmo tempo, o sentido dessa vivência

como estudante em regime de alternância, era retroalimentada pelo processo em que me tornava um professor do/no Campo, trabalhando com a EJA Campo, compreendendo o engajamento necessário e o que significa a alternância no processo de ensino e aprendizagem para as populações historicamente excluídas do acesso à educação escolar.

O início do semestre deu-se já na primeira semana de contrato, após uma reunião proposta pela coordenação do projeto, para esclarecer como seriam as aulas e o tempo de planejamento coletivo para organização do curso EJA Campo. Fomos orientados a ter o cuidado de oferecer de forma humana a organização dos conteúdos e aplicação de atividades reconstruindo nossa noção pedagógica e, ao mesmo tempo, resgatar do aluno a sua bagagem de conhecimento, buscando gerar maneiras de que o conhecimento a ser oferecido em sala de aula pudesse ser útil para o cotidiano dos alunos. Dessa forma, o “educando passa a estar ativo na construção do seu conhecimento em sala de aula”, durante todo o momento de formação, como uma construção coletiva entre corpo docente, educandos e comunidade (Caldart, 2020). Esta vivência foi embasada pela proposta curricular da política de Educação do Campo de Santa Catarina no que diz respeito à Formação de Professores de Escolas do Campo, expressando que: “[...] nesse quesito, convém tão somente reafirmar que os princípios básicos que orientam a elaboração do currículo escolar, bem como a elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP) de cada escola, vale também para as escolas do campo” (SANTA CATARINA, 2018). Ou seja, que se busque garantir a construção, organização coletiva do PPP das escolas do campo com a participação da comunidade escolar considerando três princípios orientadores: autonomia, especificidade e construção coletiva. Assim, o currículo da escola do campo deve contemplar a realidade do campo, suas múltiplas configurações históricas, culturais, espaciais e ambientais. Partindo dessa consciência, iniciou-se o semestre com aplicação do novo projeto, sem o conhecimento exato do ponto de partida e de chegada, por ser necessária uma análise da situação de cada aluno. Eis que a orientação da coordenação do projeto era a de desenvolver um diagnóstico da realidade de cada um dos estudantes e, nesse, encontrar e levantar elementos culturais e ambientais, bem como os fatos que construíram a identidade local.

Durante os planejamentos entre professores, foi discutida principalmente a composição das aulas e o tema a ser trabalhado de forma interdisciplinar, levando em conta o

seu significado para os alunos, com intenção de captar a interpretação em oralidade e potencializar as reflexões diante as informações extraídas nos diagnósticos.

O local onde ocorriam os tempo escola (TE), se deram em um espaço conhecido como a “Escolinha do Carijos”, que se dividia em uma igreja e uma pequena sala de aula, dentro desta sala de aproximadamente 18 metros quadrados, existia uma pia, algumas cadeiras e carteiras, um armário utilizado para guardar livros da catequese da igreja.

Figura 4 – Espaço externo e as condições da Escola do Carijos.



Descrição da Figura 4: Imagem organizada para apresentar o contexto da sala de aula, as fotos A e C demonstram como era a disponibilidade da sala, tendo uma lousa para o encaminhamento das atividades e uma cozinha para o preparo das refeições. A foto B apresenta um exemplo das condições de uso das carteiras e cadeiras utilizadas no curso.

Fonte: Elaboração própria do autor do trabalho, 2018

Esse local é zelado pela comunidade como um local que estaria dentro da história de cada um dos alunos, pois boa parte deles frequentavam a igreja e até mesmo ofereciam cursos de catequização católica, ou seja, conheciam, utilizavam e cuidavam muito bem do espaço. Segundo Caldart (2020):

No quadro atual do sistema, dificilmente as escolas públicas serão mantidas no campo, por si mesmas. São as comunidades camponesas que seguram suas escolas e podem pressionar para manter seu caráter público. Para isso as escolas precisam ajudar as famílias a entender porque é preciso mantê-las, e como escolas públicas,

qual o seu lugar nos processos de “resistência ativa” dessas comunidades, sejam processos elementares ou mais avançados (CALDART, 2020, p.8).

Podemos afirmar que este primeiro semestre se deu com bastante ênfase em conhecer um ao outro, conhecer a comunidade e as potencialidades e desafios a serem enfrentados para o futuro durante o processo formativo que iríamos promover, focando principalmente na permanência dos alunos no curso e também da qualidade e significância do que seriam os conteúdos a serem abordados.

5.2 A CONTINUAÇÃO DA CAMINHADA DOCENTE NA EJA CAMPO: O SEGUNDO SEMESTRE DE 2018

Iniciamos o 2º semestre da EJA Campo já com alguma bagagem, com uma experiência pré-existente aplicada nos primeiros planejamentos coletivos, tendo uma pequena noção de fato, de nossa intencionalidade e respeitando os pressupostos do que se tem como função social da escola do campo:

A escola precisa ser pensada como um ambiente educativo: espaços, tempos, relações sociais que compõem o dia a dia da escola na relação com seu entorno; território de disputa ideológica. A escola pode ajudar no cultivo de relações sociais de igualdade, de participação democrática, de respeito à diversidade e tratamento multidimensional da vida. Fará isso melhor se conseguir captar e potencializar pedagogicamente formas de trabalho e de sociabilidade que têm sido cultivadas nas lutas sociais do campo e no trabalho de resistência das comunidades camponesas” (CALDART, 2020, p. 9).

O grupo de professores articula o eixo norteador das aulas a serem ministradas, tendo como base a agroecologia, a interpretação e o pensamento crítico. Com estes eixos, buscamos trabalhar com os professores de forma a amarrar as abordagens de cada aula e de cada área do conhecimento, buscando realmente alcançar nossos objetivos que eram de apresentar/remexer os conceitos construídos em relação aos eixos norteadores do curso, desmistificando preconceitos com a forma de enxergar o campo e suas pluriatividades. Usávamos uma metodologia de ensino, onde o objeto de conhecimento é discutido por aqueles que estão envolvidos no processo, ou seja, para realmente construir o plano de curso das disciplinas seria feito uma discussão com os alunos e elencado pontos dos quais eles teriam interesse, contrapondo-se ao método convencional de educação verticalizada, de modo a criar uma relação mais viva entre professor-aluno e comunidade.

Trata-se de uma aposta no uso da ótica da comunidade sobre potenciais objetos de ensino, como problemáticas, fenômenos sociais, fenômenos naturais e até mesmo espaços e eventos que caracterizam a identidade da comunidade. Este conhecimento prévio sobre a comunidade direciona novos projetos, visando à transformação da realidade mesmo que a passos lentos, mas que iriam ao encontro desse projeto, inclusive, posicionam-se Antonio e Lucini (2007, p.189), ao afirmarem que a partir desta dinâmica escolar de ruptura com o estabelecido que o trabalho com artefatos da realidade dos educandos vem se colocando como desafio nas práticas dos educadores nas escolas do campo. Na prática educativa organizadas por temas e eixos, principalmente em escolas que têm nesta opção uma decisão do corpo docente ou do sistema, os educadores têm em seu horizonte a permanente e complexa responsabilidade de decidir sobre a sua atuação no trabalho pedagógico. Nesse sentido, a “responsabilidade de decidir os caminhos”, implica na capacidade do corpo docente de dialogar com a comunidade e com os educandos, tendo em vista as tensões e situações da realidade posta.

A título de exemplo de como foi feita a articulação das áreas de conhecimentos para se alcançar a interdisciplinaridade, realizamos um trabalho com a temática “plantas medicinais”; em que a área de Ciências da Natureza trabalhou conceitos envolvendo os princípios ativos e componentes medicinais das plantas, a área da Ciências Humanas levantou informações através de entrevista sobre a história das “mudas e espécies” que estavam presente no cotidiano, trazendo de forma simples e aberta, a sabedoria que as pessoas da comunidade tinham sobre cada planta, enquanto a Área de Linguagens seria encarregada de organizar e sistematizar as informações, estas como tarefas do Tempo Comunidade e até em momentos de Tempo escola, tornando assim o estudante um pesquisador e zelador da valorização dos saberes resgatados da cultura local.

O tempo escola (TE) era destinado para o encaminhamento de conteúdos e conceitos comuns do ensino regular e ao final de cada aula era encaminhada a pesquisa a ser realizada sobre a temática de TC (Tempo Comunidade). Aos poucos o trabalho desenvolvido pelo grupo docente e os educandos neste segundo semestre, iria objetivamente promovendo as diretrizes previstas pelo Caderno de Política de Educação do Campo da Secretaria da Educação de Santa Catarina, no que diz respeito a Pedagogia da Alternância, “que foi trazida para o Brasil diretamente da Itália, por alguns padres que aqui fundaram o MEPES

(Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo)” (SANTA CATARINA, 2018). Essa experiência teve origem na França, no período da Segunda Grande Guerra. Hoje, são muitas as experiências em andamento em nosso país, com matizes próprias e adaptadas, como, por exemplo, as Casas Familiares Rurais, as Escolas Família Agrícola, Cursos do Programa Nacional da Reforma Agrária (PRONERA), Escolas Públicas no Espírito Santo, Projovem Campo - Programas Saberes da Terra e, até mesmo, as licenciaturas em Educação do Campo, das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Mas, na essência, seguem os mesmos princípios pedagógicos, cujo eixo central é a organização do ensino em dois momentos pedagógicos que se alternam e interagem, que são chamados de Tempo Escola (TE) e Tempo Comunidade (TC) ou Tempo Família (TF)”.

No decorrer do segundo semestre durante o andamento do projeto de “Ervas Medicinais”, surgiu o desejo entre o professor autor deste escrito e os alunos do projeto EJA Campo de se criar uma horta comunitária, partindo da coleta de mudas de cada uma das plantas que estavam sendo pesquisadas. Essa horta mobilizou ações que estiveram causando uma pequena transformação no espaço em que estávamos, uma das ações foi a revitalização da fachada da escola, com o corte do gramado e o plantio de algumas flores, para embelezar o espaço e incentivar a participação da comunidade. Mesmo com boas intenções de cada um dos envolvidos a horta não teve sucesso, pois os encontros se davam a noite e não tínhamos como manejar a horta durante o dia, já que cada um de nós estaria em seu respectivo trabalho.

Durante este segundo semestre viemos a conhecer uma lei que poderia nos dar acesso legal ao espaço da escola que era consideradamente grande, chegando a 600m² para além da sala de aula. LEI Nº 1946, DE 12 DE MARÇO DE 2012. Autoriza a Cessão de Uso de Escolas Desativadas e dá outras providências. (PAPANDUVA, 2012)

Neste espaço poderia ser realizada a horta comunitária que almejamos com o trabalho das plantas medicinais e até mesmo com o envolvimento direto ao resgate de sementes crioulas podendo gerar na escola um banco de sementes crioulas, porém, as formas de acesso perante a lei se dava na criação de uma associação de moradores ou até instituições educacionais, assim, tentamos por diversos meios acessar o espaço através da lei citada acima e não conseguimos por um problema de regularização da escritura do terreno.

No mês de outubro de 2018, o grupo de professores do Projeto EJA Campo passou por uma formação de professores oferecida pelo Estado de Santa Catarina, visando à garantia

de maior dedicação e orientação para os professores. Nessa formação, foi discutido inicialmente a realidade de cada modalidade de ensino que se colocava com o uso da pedagogia da alternância no Estado e, em si, através de palestra da Professora Beatriz Bittencourt Collere Hanff sobre o funcionamento da Pedagogia da Alternância e o uso das temáticas como possíveis formas de se articular as áreas do conhecimento. Aquele espaço de discussão vivenciado se colocou como um momento repleto de experiências e informação, tornando-se um “laboratório” de diálogo para uma construção coletiva de um “novo modo” de se ensinar no Campo, um modo de se trabalhar um novo currículo no projeto de ensino, como é colocado no Caderno de Política Pública de Educação do Campo de Santa Catarina; Nesse quesito, convém tão somente reafirmar que os princípios básicos que orientam a elaboração do currículo escolar, bem como a elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP) de cada escola vale também para as escolas do campo. Ou seja, que se busque garantir a construção, organização coletiva do PPP das escolas do campo com a participação da comunidade escolar considerando três princípios orientadores: autonomia, especificidade e construção coletiva.

Referente ao currículo e ao projeto político pedagógico da Escola do Campo, coloca-se a ideia de que esta se organiza com princípios básicos “autonomia, especificidade e construção coletiva”.

Puxando para o campo de atuação prática gostaríamos de descrever um pouco sobre o entendimento entre os princípios colocados pelo caderno citados anteriormente;

Autonomia: entendemos que pode se dizer a relação entre Professor/alunos e comunidade, no sentido da adequação à realidade e condições do espaço físico e do espaço temporal, ou seja o diálogo sobre os interesses envolvidos no processo levando em conta a melhor organização da proposta metodológica.

Especificidade: este termo conseguimos enxergar a disposição das aulas utilizando a Pedagogia da alternância como instrumento condicionante da permanência do aluno e ao mesmo tempo como gerador de interesse, devido a disposição de TEMPO ESCOLA e TEMPO CASA (TEMPO COMUNIDADE). Assim se torna possível que os alunos consigam um arranjo na sua rotina entre escola, trabalho e família, podendo em si, dar conta da sua rotina fora e dentro da escola.

Construção Coletiva: articula-se o que se foi comentado acima, considerando a auto-organização dos envolvidos no processo relacionando a utilização do espaço físico e sua

conservação, a utilização de materiais pedagógicos/didáticos e também a possibilidade de novas experiências campo teórico e prático durante o processo de ensino e aprendizagem.

Citando a construção coletiva o que se destaca é a relação entre o espaço de ensino e a comunidade no projeto EJA Campo, pois de fato essa forma de educação só existe se existir a comunidade interessada, nesse sentido a capacidade de se realizar momentos para se discutir intervenções no ambiente como pequenas melhorias ou até mesmo a criação de novos espaços educacionais na comunidade, se coloca e discussão de forma viva e coletiva, pois são os próprios alunos os que utilizam os espaços locais. Importante frisar que a EJA Campo nos municípios do planalto norte se dá em escolas estaduais e municipais, salões de igrejas, associações entre outras edificações do espaço rural.

5.3 NOVOS DESAFIOS A VISTA: O SEMESTRE 2019/1

Nesse novo semestre, entre discussões conjuntas com todos os professores, definiu-se como se daria o desenvolvimento dos trabalhos. Implementou-se, então, um projeto de construção de maquetes, nas quais os alunos poderiam expressar parte do seu aprendizado sobre Agroecologia, Desenvolvimento Social e Tecnologias Sociais, os quais seriam os Eixos Norteadores daquele período letivo. Aos poucos, as três áreas de conhecimento foram sendo trabalhadas durante o semestre e como produto final, os professores envolvidos destinaram suas últimas aulas do semestre para produção das maquetes, projeto este que teria o nome de: “A Minha Propriedade dos Sonhos”. Esta atividade buscava trazer elementos do cotidiano dos alunos, suas ideias e seus projetos de implementação de tecnologias sustentáveis no campo. Dessa forma a propriedade dos sonhos para aquele grupo de alunos deveria conter: Casa, Horta, Viveiro de Peixe, Agrofloresta, Estrebaria/Curral, Paiol/Armazém e Pastagem/Lavoura. Aos poucos o trabalho foi se desenvolvendo elegendo a cada aluno a responsabilidade de criar o espaço escolhido, a seguir apresentamos uma imagem da construção das maquetes.

Figura 5 – Construção de um espaço pertencente a maquete “ A Minha Propriedade dos Sonhos”



Descrição da Figura 5: Nesta imagem dois alunos estão construindo o espaço referente a Estrebaria/curral
Fonte: Elaboração própria do autor do trabalho, 2019/

Os alunos desenvolveram ao longo do semestre atividades relacionados aos elementos que estariam disponíveis na “propriedade dos sonhos”, a qual deveria oferecer a capacidade de subsistência, de se ganhar dinheiro, de se manter produzindo e de pensar algo novo para o bem estar, sendo a biodiversidade como uma fonte de renda variada, a participação social como uma organização coletiva da comunidade e a tecnologia social como novas ferramentas que poderiam ser aplicadas dentro do sistema agroecológico. Esses foram os objetos de conhecimento e estudos que seriam o foco e que deveriam estar presentes no conteúdo da maquete, tanto que, “A Minha Propriedade dos Sonhos” foi um sucesso na aceitação e envolvimento dos estudantes, motivo de satisfação dos docentes implicados, sendo este projeto exposto para toda a comunidade escolar no Centro de Educação de Jovens

e Adultos, na feira literária da Escola de Educação Básica Alinor Vieira Côrte e também apresentado no 2º Encontro de Sementes Crioulas, todos estes eventos realizados no município de Papanduva, Santa Catarina.

Figura 6 – Exposição da maquete na sede da EJA em Papanduva-SC



Descrição da Figura 6: Imagem realizada no encontro da família na Unidade Descentralizada EJA- Papanduva, nela aparece parte da maquete e ao fundo na lousa do lado esquerdo o fluxo de renda monetária e não monetária.

Fonte: Elaboração própria do autor do trabalho, 2019

Figura 7 – Maquete sendo exposta na Feira do Conhecimento da Escola de Educação Básica Alinor Vieira Côrte.



Descrição da Figura 7: Nesta exposição a maquete estaria fazendo parte da educação ambiental e ecológica intitulada de “Educação do Bem Viver”

Fonte: Elaboração própria do autor do trabalho, 2019

O trabalho com maquetes se colocava, como a realização de um sonho, a construção de um projeto futuro para cada um dos estudantes, onde eles apresentavam as suas ideias e formas de disponibilizar os recursos, processos e manejos da propriedade dos sonhos. Nos momentos de criação era discutido a posição geográfica do espaço, a disponibilidade de água, a otimização do uso de cada setor produtivo da propriedade, em si criava – se um pequeno mostruário das possibilidades agroecológicas de se manejar uma unidade familiar de produção agrícola.

5.4 AUMENTANDO A COMPLEXIDADE DAS AÇÕES: UMA PARCERIA ENTRE A EJA E A UNIVERSIDADE

Para abordar parte das articulações para formação no contexto da EJA da Coordenadoria Regional de Mafra e a UFSC, trabalhos desenvolvidos durante e articulados

com o estágio dá EduCampo no contexto da Educação de Jovens e Adultos, início com um panorama histórico da presença da EJA no município de Papanduva.

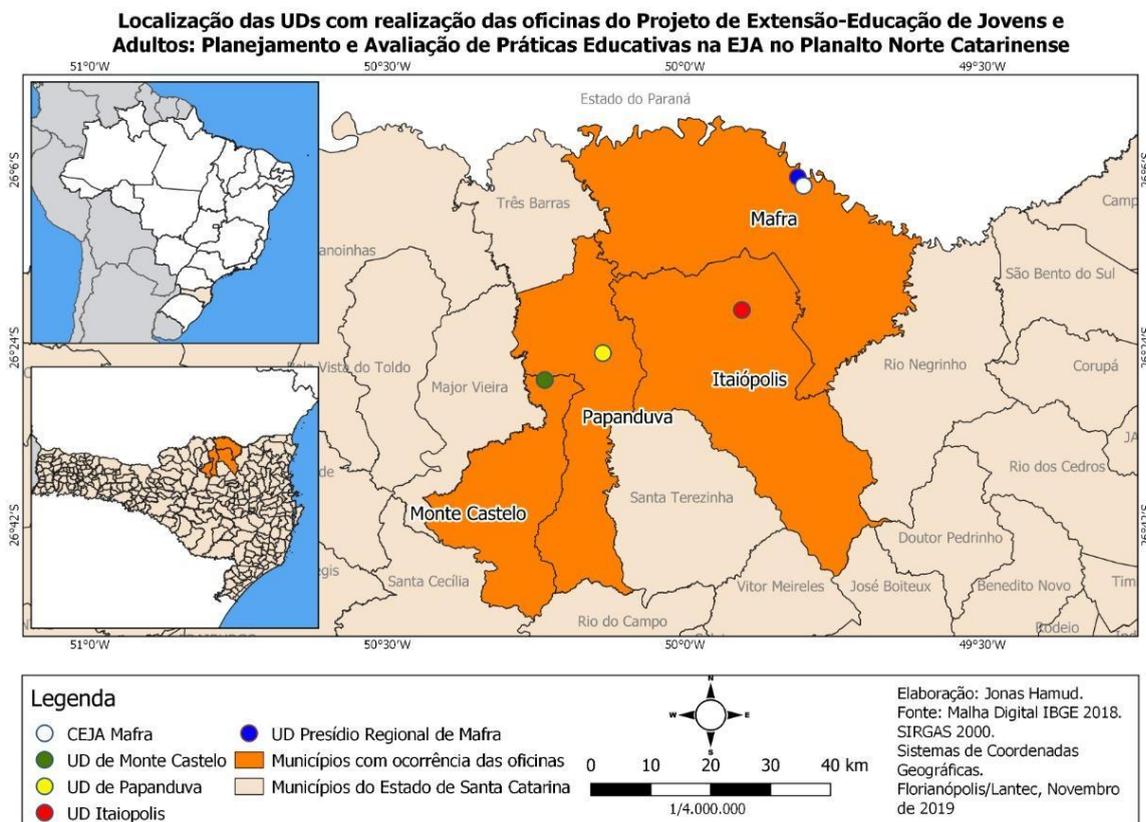
Em 2004 na Escola Municipal Professor Walmir Lúcio Senna inicia em Papanduva o Centro de Educação de Jovens e Adultos, coordenado pela regional de Mafra, poucos anos depois este centro de educação irá ser transferido para o Salão Paroquial da Igreja Santo Antônio, onde iniciamos nossa carga horária de estágios do curso de Licenciatura em Educação do Campo no ano de 2017.

Neste primeiro contato com a escola tínhamos como foco de trabalho de estágio conhecer a rotina e como se dava o currículo da escola, suas potencialidades e problemáticas em si a adentrar na “atmosfera da escola” através da observação. Aos poucos fomos criando um laço com o cotidiano da EJA e que viria a ser a ponte para projetos de contribuição à comunidade.

No início do ano de 2018 o CEJA será transferido para um novo espaço na Escola Professora Tereza Ciupka, oferecendo a educação de jovens e adultos no nível de ensino fundamental coordenado pela rede municipal, e ensino de nível médio coordenados pela rede estadual.

O CEJA-Mafra e sua atuação no Planalto Norte pode ser ilustrada através da imagem a seguir:

Figura 8 – Atuação da Coordenadoria Regional de Educação de Jovens e Adultos



Descrição da Figura 8: Imagem que representa a posição geográfica das UDs de Educação de Jovens e Adultos
Fonte: Elaboração por Jonas Hamud

Em 2018 nosso trabalho seria a intervenção através de projetos voltados ao ensino fundamental e assim, buscar uma temática para o projeto comunitário que deveríamos realizar como produto final da carga horária de estágio que teríamos dos dois semestres deste ano. Tivemos a oportunidade de concluir um projeto sobre “Ervas-Medicinais” com alunos das disciplinas de ciências e matemática, criando uma horta no espaço da escola utilizando as ervas trabalhadas e doadas pela comunidade.

O projeto do ano de 2019 aplicado no Ensino Médio explicitou a relação que o Curso de Licenciatura em educação do Campo - UFSC e o CEJA - Mafra promoveram com contribuições mútuas, exemplo dessa troca trago o folder do minicurso “Meio Ambiente e Contextos no Município de Papanduva” oferecido no final de novembro sobre as problemáticas levantadas através de pesquisa durante o ano no espaço da EJA.

Figura 9 – Cronograma do minicurso oferecido a comunidade sobre as temáticas levantadas como situação problema no município de Papanduva-SC no ano de 2019



Descrição da Figura 9: Cronograma do minicurso que foi divulgado a comunidade escolar da EJA e a Comunidade em geral do município de Papanduva-SC
 Fonte: Elaboração Lantec/Prosa - UFSC, 2019

Este projeto possibilitou discutir na perspectiva das Ciências da Natureza e Matemática sobre a condição das estradas do município, o tratamento e distribuição de água pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE) e a possível exploração do Xisto na área rural do município. Cada um dos temas trabalhados foi desenvolvido com atenção a explicações fundamentadas nas disciplinas que compõem Ciências da Natureza e Matemática.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante esse processo de aplicação prática do conhecimento adquirido junto ao curso de Licenciatura em Educação do Campo, diversas ideias foram geradas, assim como problemas e soluções. Muitas dúvidas são frequentes no ofício do professor, uma vez que é longo o caminho a percorrer-se, sobretudo por não se saber, desde logo, qual seria o ponto de partida em relação a cada educando.

Na EJA, temos um público variado e logicamente a bagagem de conhecimentos é ramificada de acordo com o perfil de cada indivíduo. Conhecendo-se os alunos a cada encontro e diante das atividades desenvolvidas, aos poucos novos trajetos foram surgindo e novas possibilidades foram criadas no decorrer dos semestres, sobretudo no que se refere aos desafios de encontrar formas de instigar os alunos a dedicarem-se cada vez mais ao desenvolvimento dos conteúdos considerados básicos de cada disciplina, aliado às aulas do tempo escola deveria haver a dedicação ao projeto de TC, não de forma vertical, engessada, e sim considerando o perfil de cada um dos sujeitos no processo educativo, conhecendo seu modo de vida, suas ambições do ponto de vista comunitário, de seus desejos para a sua vida em comunidade.

Podemos perceber que esta experiência vivenciada no projeto EJA Campo teve seus caminhos trilhados pelos envolvidos com uma autonomia para se organizar os conteúdos as metodologias e em si o suposto currículo posto aos alunos e professores, esta forma, favorece ao professor a escolha da metodologia mais adequadas para que as ações executadas em sala de aula, se faça útil no dia a dia de cada um dos alunos, basicamente em todos os planejamentos que fazíamos coletivamente entre os professores, discutiam a utilidade dos conteúdos e nossa abordagem, tentamos buscar os interesses dos alunos durante as aulas para quando fossemos planejar tentar margear ou alcançar o assunto que se mostrou de interesse na aula passada. Foi uma experiência muito desafiadora pensar no que é de interesse para o aluno e equilibrar lembrando de que não podemos gerar o esvaziamento do conteúdo materializado do ponto de vista do ensino regular, pois incentivamos a todos a continuar estudando, fosse em um curso técnico ou em um curso de graduação precisávamos garantir de que estava sendo aplicado para além dos projetos o conteúdo comum do ensino regular.

Era muito comum nos encontros (aulas) discutir-se o cotidiano em sala de aula. Os alunos trazem algumas experiências vivenciadas em sua rotina, as quais são importantes ao professor, que, a partir destas vivências, busca maneiras de despertar a atenção e participação dos educandos. A partir dessa perspectiva, é possível afirmar que a Turma EJA Campo “Carijos”, representa uma familiaridade construtiva e empolgada na atmosfera da sala. Diz-se “empolgada” no sentido de que os interesses começam a se convergir em um propósito comum durante o processo, a capacidade de se realizar pesquisas individuais e tarefas coletivas para que cada um trouxesse elementos para o desenvolvimento das atividades em sala, foi muito enriquecedor para todos, dizia aos alunos que ao fim de cada aula todos voltávamos para casa “diferente”, o sentido de que aprendemos ou aprimoramos nosso conhecimento sobre um tema a cada encontro.

A participação neste projeto de ensino EJA Campo e a possibilidade de imaginar situações futuras, valorizando a sabedoria de cada indivíduo, com base em relações de amizade, foi muito importante para acreditar e melhorar cada vez mais nossa atuação como corpo docente em uma justiça social chamada Educação do Campo.

Na metade do segundo semestre, começamos a mobilizar ações envolvendo a possibilidade de criação de uma “Associação da Comunidade Carijos”, projeto que não se concretizou devido à participação de alguns alunos em outras associações. Buscamos articulação com o Movimento dos Pequenos Agricultores enquanto a chave para uma nova relação entre escola EJA e o movimento social. Essa relação trouxe novos olhares que conseguiram oferecer ao professor a sensação de promover transformações politicamente importante para a comunidade envolvida. Conseguimos conversar com a comunidade e encontros religiosos e discutir o projeto da “Horta comunitária”.

Muito embora o projeto relacionado à associação não tenha sido exitoso, com base nas articulações anteriormente informadas, foi possível estabelecer uma aproximação maior com a comunidade e, a partir de encontros religiosos, passamos a discutir o projeto da “Horta comunitária”.

Um dos desejos do autor deste trabalho, enquanto parte da comunidade escolar da EJA Campo, é a construção de um espaço pedagógico, no viés da agroecologia, ao redor da escola. Nesse local, seriam ministradas as aulas, cujo espaço comunitário representaria um laboratório de técnicas, saberes e experiências. Diz-se isso porque, ao construir-se tal espaço,

seria possível reunir os planos de ensino das 3 áreas de conhecimento, quais sejam, Ciências da Natureza e Matemática, Linguagens e Ciências humanas, o que, inclusive, possibilitaria a conexão do projeto horta comunitária com o andamento do projeto de tempo comunidade “ervas medicinais”. Seria possível, então, formar-se um inventário de saberes e uma importante ferramenta de Ciências Agrárias.

Com este trabalho percebemos a necessidade de novos estudos, que contribuam com o registro das experiências de EJA Campo em Santa Catarina, e também para subsidiar a materialização de práticas mais potencializadoras nesse contexto. Destacamos a importância da continuidade de estudos sobre a EJA Campo em Santa Catarina tanto pelo potencial das práticas realizadas, que compartilhadas podem inspirar outras formas de percebermos a população de jovens e adultos do campo que foram alijados do direito à educação escolar. Destacamos a necessidade de aprofundar conhecimento nesta modalidade de ensino, a EJA Campo, que é modalidade recente e ainda tímida no estado de Santa Catarina, podendo a partir das experiências já realizadas oferecer amostras da sua potência transformadora, fazendo jus a sua pretensão emancipatória, como política pública, como vínculo vivo entre escola e vida, entre universidade, escola e comunidade.

REFERÊNCIAS

ANTONIO, C. A. LUCINI, M. Ensinar e aprender na educação do campo: processos históricos e pedagógicos em relação. Cad. CEDES [online]. 2007, vol.27, n.72, pp.177-195. ISSN 1678-7110. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v27n72/a05v2772.pdf>>. Acessado em 20/11/2020

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 03 mar. 2022.

BRITTO, N. S.; BRICK, E. M. Licenciatura em Educação do Campo e formação docente na área de Ciências da Natureza e Matemática: riscos e potencialidades na caminhada da UFSC. in: MOLINA, M. HAGE, S. Licenciaturas em Educação do Campo Resultados da Pesquisa sobre os Riscos e Potencialidades de sua expansão. Florianópolis: LANTEC/CED/UFSC, 2019. Disponível em: <<https://ecec.paginas.ufsc.br/files/2015/12/MOLINA-HAGE-2019-livro-Sub-7-1.pdf>>. Acesso em 03 de mar. de 2022. (pp. 419-439).

CALDART, Roseli S. Licenciatura em Educação do Campo e projeto formativo: qual o lugar da docência por área? In: MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Laís Mourão. [Orgs] Licenciaturas em Educação do Campo: Registros e reflexões a partir das experiências-piloto (UFMG; UnB; UFBA e UFS). Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2011, pp. 95 – 122.

_____. Função social das escolas do campo e desafios educacionais do nosso tempo. 2020. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/470671995/Artigo-Funcao-Social-Escolas-do-Campo-Roseli-Mar20> - Acessado em 20/11/2020

FERRARI, E. A.; SILVA, M. G.; BARRELA, T. P.; MARQUES, E. M. D.; SOUSA, T. F. C. W. L. Análise do processo de implantação da Licenciatura em Educação do Campo na UFV: desafios e potencialidades. in: MOLINA, M. HAGE, S. Licenciaturas em Educação do Campo Resultados da Pesquisa sobre os Riscos e Potencialidades de sua expansão. Florianópolis: LANTEC/CED/UFSC, 2019. Disponível em: <<https://ecec.paginas.ufsc.br/files/2015/12/MOLINA-HAGE-2019-livro-Sub-7-1.pdf>>. Acesso em 03 de mar. de 2022. (pp. 364 - 385).

FREIRE, P. Educação e mudança. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979a.

FREIRE, P. Conscientização – Teoria e Prática da libertação: Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979b.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

HAMMEL, A.; ZENERATTI, F. L. A Educação do Campo em alternância: uma licenciatura, muitos desafios e possibilidades. in: MOLINA, M. HAGE, S. Licenciaturas em Educação do Campo Resultados da Pesquisa sobre os Riscos e Potencialidades de sua expansão.

Florianópolis: LANTEC/CED/UFSC, 2019. Disponível em: <<https://ecec.paginas.ufsc.br/files/2015/12/MOLINA-HAGE-2019-livro-Sub-7-1.pdf>>. Acesso em 03 de mar. de 2022. (pp. 391-415).

MOLINA, M. HAGE, S. Licenciaturas em Educação do Campo Resultados da Pesquisa sobre os Riscos e Potencialidades de sua expansão. Florianópolis: LANTEC/CED/UFSC, 2019. Disponível em: <<https://ecec.paginas.ufsc.br/files/2015/12/MOLINA-HAGE-2019-livro-Sub-7-1.pdf>>. Acesso em 03 de mar. de 2022.

MUNARIM, A.; SCHMIDT, W. Educação do Campo e as Políticas Públicas Subsídios ao Dirigente Municipal de Educação. UFSC, Florianópolis, 2014. Disponível em: <<https://escoladaterrasc.files.wordpress.com/2014/12/manual-educ-campo.pdf>> Acesso em: em 01 de outubro de 2020.

PAPANDUVA. PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA. (ed.). Conheça Papanduva. 2014. Atualizado em 2016. Disponível em: <https://www.papanduva.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/24225>. Acesso em: 20 jan. 2022.

PAPANDUVA, Lei Nº 1946, de 12 de março de 2012. Autoriza a Cessão de Uso de Escolas Desativadas e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/sc/p/papanduva/lei-ordinaria/2012/195/1946/lei-ordinaria-n-1946-2012-autoriza-a-cessao-de-uso-de-escolas-desativadas-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Política de educação do campo. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2018. Disponível em: <<https://www.sed.sc.gov.br/documentos/cadernos-sobre-as-diversidades-e-os-temas-que-os-compoem/7377-caderno-politica-de-educacao-do-campo-nec>>. Acesso em: 24 de fev. de 2022.

ANEXO A

Relatório sintetizado EJA 2019 em Santa Catarina



ESTADO DE SANTA CATARINA
Secretaria de Estado da Educação
Diretoria de Gestão da Rede Estadual
Gerência de Modalidades, Programas e Projetos Educacionais



EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA Junho de 2019

Total de CEJAs: 40
Total de UDs: 205
Total de Professores: 1.309

NÚMERO DE ALUNOS	
Anos Iniciais	2.309
Anos Finais	10.517
Ensino Médio	15.378
TOTAL DE ALUNOS	28.204

NÚMERO DE TURMAS	
Anos Iniciais	61
Anos Finais	939
Ensino Médio	2.020
TOTAL DE TURMAS	3.020

EDUCAÇÃO NAS UNIDADES PRISIONAIS

Total de Unidades Prisionais: 45
Total de Professores Unidades Prisionais: 377
Total de Alunos no Projeto Despertar pela Leitura: 4.770
Total de Professores no Projeto Despertar pela Leitura: 49

EDUCAÇÃO NAS UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS

Total de Unidades Socioeducativas: 23

UNIDADES PRISIONAIS			
NÚMERO DE ALUNOS		NÚMERO DE TURMAS	
Anos Iniciais	863	Anos Iniciais	73
Anos Finais	1.346	Anos Finais	377
Ensino Médio	427	Ensino Médio	148
		Projeto Leitura	82
TOTAL DE ALUNOS	2.636	TOTAL DE TURMAS	680

Total de Professores Unidades Socioeducativas: 180 (EJAs = 8 + EEBs = 172)

UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS							
NÚMERO DE ALUNOS			TOTAL	NÚMERO DE TURMAS			TOTAL
EEB	EJA	TOTAL		EEB	EJA	TOTAL	
Anos Iniciais	-	20	20	Anos Iniciais	-	10	10
Anos Finais	253	61	314	Anos Finais	84	48	132
Ensino Médio	83	11	94	Ensino Médio	35	25	192
TOTAL DE ALUNOS		408		TOTAL DE TURMAS		334	